



ISSN 1984-5634

ARTIGO LIVRE

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA NA NARRATIVA JORNALÍSTICA DO CORREIO BRAZILIENSE (1960-1961)

The creation process of the University of Brasilia in the journalist narrative of Correio Braziliense (1960-1961)

CLÁUDIA BARRETO AZEVEDO¹

JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS²

RESUMO:

O objetivo é investigar o processo de criação da Universidade de Brasília na narrativa jornalística do jornal diário *Correio Braziliense* entre os anos de 1960 e 1961. Em termos metodológicos, consultaram-se as edições do *Correio Braziliense* disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Utilizando a ferramenta de busca por palavras-chave, lançou-se mão dos descritores “Universidade de Brasília” e “UnB”, que retornaram notícias e matérias relativas à instituição nos seus primeiros anos de funcionamento. Para esta pesquisa, selecionaram-se as que abordavam o processo de criação da Universidade. Como resultado, foi possível observar, na cobertura jornalística feita pelo jornal diário que circulava em Brasília, uma narrativa fortemente atrelada ao discurso desenvolvimentista da época. Dentro desse quadro, o jornal apresentava aos leitores a Universidade de Brasília, em vias de ser criada, como uma instituição que modernizaria o ensino superior brasileiro bem como ajudaria na consolidação de Brasília como nova capital.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade de Brasília; História da Educação; Correio Braziliense.

ABSTRACT:

The objective is to investigate the process of creation of the University of Brasília in the journalistic narrative of the daily newspaper *Correio Braziliense* between the years 1960 and 1961. In methodological terms, the editions of *Correio Braziliense* available in the Hemeroteca Digital of the National Library were consulted. Using the ---keyword search tool, the descriptors “University of Brasília” and “UnB” were used, which returned news and articles related to the institution in its first years of operation. For this research, those that addressed the process of creating the University were selected. As a result, it was possible to observe, in the journalistic coverage carried out by the daily newspaper that circulated in Brasília, a narrative strongly linked to the developmental discourse of the time. Within this framework, the newspaper presented to readers the University of Brasília, about to be created, as an institution that would modernize Brazilian higher education as well as help to consolidate Brasília as a new capital.

KEYWORDS: University of Brasília; History of Education; Correio Braziliense.

GESTÃO EDITORIAL:

Bruna Cristina Oliveira Pupe
Pedro Haas Zanotto

SUBMETIDO: 30/04/2024

ACEITO: 02/07/2025

COMO CITAR:

AZEVEDO, C. B.; ANJOS, J. J. T. O processo de criação da Universidade de Brasília na narrativa jornalística do *Correio Braziliense* (1960-1961). *Aedos*, Porto Alegre, v.18,n.41,p.104-121,ago.-dez., 2026.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Historiadora e Mestra em Educação pela Universidade de Brasília.

E-mail: claudiabarretoazevedo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6896-0619>

2 Doutor em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professor de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (Acadêmico e Profissional) da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. E-mail: juarezdosanjos@unb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>

Em 1960, paralelamente à inauguração da nova capital, Brasília, começou o processo de criação da sua universidade. Prevista no plano do sistema educacional da cidade elaborado pelo educador Anísio Teixeira, então, presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Teixeira, 1961; Anjos, 2022b), a Universidade de Brasília (UnB) deveria tornar-se referência para um novo modelo de ensino superior no país, uma “*Universidade Necessária*”, como expressaria mais tarde um de seus idealizadores, Darcy Ribeiro (1969). Diferente das universidades então existentes, nascidas de reunião de faculdades isoladas e trazendo em si a marca da fragmentação e de um ensino centrado em cátedras, a nova instituição seguiria o modelo departamental norte-americano, “formada por institutos e faculdades além de centros de recreação e desportos. Aos institutos caberia o ensino científico básico e especializado e às faculdades a formação intelectual e o adestramento profissional” (Anjos, 2022a, p. 90). Contaria ainda com um setor de extensão cultural, além de promover pesquisas em suas múltiplas áreas de atuação.

A história dos primórdios da Universidade de Brasília já foi narrada por diversos historiadores e historiadoras, como Salmeron (2012), Bomeny (2016) e Nóbrega *et al.* (2021), apenas para citar alguns cujos trabalhos foram publicados na última década. Geralmente, as pesquisas ancoram-se ou na memória de sujeitos ligados à Universidade ou em documentos de caráter institucional para evidenciar, sobretudo, a dimensão “interrompida” desse projeto universitário, a partir da implantação da Ditadura Civil-Militar em 1964. Pouca atenção se deu à cobertura da imprensa local, representada pelo jornal *Correio Braziliense*, aos eventos que culminaram na criação da instituição e seu funcionamento nos primeiros anos de sua existência. Diante disso, fazendo um recorte numa pesquisa mais ampla em andamento, o objetivo deste artigo é investigar o processo de criação da Universidade de Brasília na narrativa jornalística do jornal diário *Correio Braziliense* entre os anos de 1960 e 1961, datas balizadoras do processo de tramitação e aprovação da lei que originou a instituição.

O jornal *Correio Braziliense* rodou seu primeiro número no dia da inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960. Era um órgão dos Diários Associados, o maior conglomerado de mídia da época (Anjos, 2022c). Ao mesmo tempo em que buscava informar seus leitores, procurava intervir nos acontecimentos que relatava, tornando-se “ingrediente dos acontecimentos” (Darnton, 1996). Oferecia um jornalismo de serviço, preocupado com a manutenção da nova capital e suas necessidades (Morelli, 2002). Tinha, nos seus primeiros anos, um forte alinhamento com os governos federal e local, o que lhe conferiu a fama de chapa branca (D’Amorim, 1993). Todavia, não se privava em criticar o governo em campos de sua ação, como, por exemplo, a educação (Anjos, 2022c). Sendo o tempo do jornalismo, como já observava Fernand Braudel, “o tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossa rápida tomada de consciência” (Braudel, 2007, p. 45), nossa hipótese é de que o *Correio Braziliense*, em sua narrativa jornalística, tratou de acompanhar e incentivar, no dia a dia de suas edições, o processo de aprovação da Universidade de Brasília, noticiando-o aos seus leitores ao mesmo tempo que visava sensibilizá-los para os benefícios que uma instituição de ensino superior traria para a nova cidade em formação. Daí sua relevância como testemunha dessa história.

Em termos metodológicos, consultamos as edições do *Correio Braziliense* disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Utilizando a ferramenta de busca por palavras-chave disponível no repositório, lançamos mão dos descritores “Universidade de Brasília” e “UnB”, que retornaram notícias e matérias relativas à instituição nos seus primeiros anos de funcionamento. Para

esta pesquisa, selecionamos as notícias que abordavam o processo de criação da Universidade e que foram interrogadas para a elaboração da narrativa histórica. Não ignoramos nesta forma de pesquisa, os riscos de uma história digital praticada com o recurso a palavras-chave, que pode resultar em dados precários e fragmentados (Brasil e Nascimento, 2020) já que a ferramenta de busca não retorna todas as referências existentes, embora se possa obter grande parte delas. Por outro lado, nos apoiamos em Carlo Ginzburg (1991) para quem a pesquisa pelo fio do nome – no nosso caso, as palavras-chave – permite identificar, nos labirintos da história, o tecido de relações sociais em que a Universidade de Brasília e os sujeitos que atuaram no seu processo de criação estavam envolvidos, revelando-nos não a história em sentido absoluto, mas uma possibilidade histórica (Davis, 1987). Assumimos, assim, ser uma perspectiva explicativa sobre a criação da Universidade de Brasília a história que nesta pesquisa entendemos ter sido possível relatar e interpretar a partir dos procedimentos metodológicos adotados e das evidências assim mobilizadas.

O artigo divide-se em duas partes. Na primeira, enfocamos as primeiras medidas legislativas visando à criação da Universidade de Brasília e suas repercussões no *Correio Braziliense*. Na segunda, dedicamos atenção ao processo de aprovação da lei que criou oficialmente a instituição e suas reverberações nas páginas do jornal diário. Ao final, tecemos algumas considerações, a título de conclusão.

OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CRIAÇÃO DA UNB

Logo nos primeiros artigos veiculados pelo jornal *Correio Braziliense*, a exemplo do datado de 30 de maio de 1960, anunciava-se que a “Universidade de Brasília funcionará dentro de pouco tempo” (Universidade de Brasília Funcionará..., 1960, p.3). Observamos que esta declaração foi feita em 1960 antes da aprovação do projeto de lei da Fundação Universidade de Brasília que estava em processo de tramitação no Congresso Nacional. Na ocasião, o jornal apresentou a exposição de motivos realizada pelo ministro Clóvis Salgado ao presidente da República, JK, ressaltando o compromisso do Ministério da Educação e Cultura com o planejamento escolar de Brasília, em especial a construção da Universidade de Brasília, em consonância com os propósitos do governo de construir a nova capital em moldes modernos.

Solicitando a criação da Universidade de Brasília, o titular da Educação e Cultura acentuou: “Atento ao indeclinável dever de participar, no setor de sua específica competência, dos propósitos do governo de construir a nova capital em moldes rigorosamente modernos, o Ministério da Educação e Cultura vem colaborando, desde a primeira hora, no planejamento escolar de Brasília (Universidade de Brasília Funcionará..., 1960, p.3).

A Universidade foi concebida como uma instituição moderna, em sintonia com a cidade que a abrigaria, sendo considerada uma iniciativa inovadora e revolucionária. Nas exposições de motivos, o Ministro apresentou as bases do projeto, sua estrutura e os objetivos da futura universidade. Neste discurso, foram citados alguns artigos do projeto, incluindo aqueles relacionados ao patrimônio da Fundação, à manutenção da Universidade de Brasília pela Fundação Universidade de Brasília e à administração da Fundação por um Conselho Diretor, o que teve sua composição e atribuições apresentadas.

Nessa exposição de motivos, a Universidade foi descrita como uma “unidade orgânica integrada por institutos centrais de ensino e de pesquisas e por faculdades destinadas à formação profissional”

(Universidade de Brasília Funcionará..., 1960, p.3). No contexto apresentado, a notícia detalha a estrutura de cada instituto e faculdade, descrevendo suas funções e objetivos em relação à universidade. Parece, então, que a decisão de conceber a UnB como uma Fundação foi estratégica, conferindo-lhe uma diferenciação significativa em relação a muitas outras universidades brasileiras da época. Essa opção tinha como objetivo principal garantir a autonomia administrativa em relação ao governo federal, proporcionando flexibilidade financeira, promovendo a inovação educacional e contribuindo para a modernização do ensino superior. Mas, a concepção de uma universidade autônoma não era algo novo na história do Brasil. Antes da UnB, existiu a Universidade do Distrito Federal (UDF), instituída na cidade do Rio de Janeiro pelo Decreto Municipal nº 5.513, de 4 de abril de 1935, e extinta em 20 de janeiro de 1939 pelo Decreto Federal nº 1.063/39. A UDF era reconhecida por ter um modelo inovador, destacando-se na época pela sua dimensão cultural e integradora. De acordo com Fávero e Lopes, Anísio Teixeira, o idealizador da UDF, afirmou no discurso de inauguração dos cursos desta instituição que “a fonte para a criação da identidade de um povo e do caráter nacional era a Universidade” (Fávero e Lopes, 2009, p.23). Além disso, esclareceu que “uma das exigências para a concretização de tal proposta é, sem dúvida, o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária” (Fávero; Lopes, 2009, p.24). É significativo, assim, que no caso da Universidade de Brasília, da qual Anísio participava do planejamento, este ideal da década de 1930 tenha sido retomado e apresentado como um diferencial da instituição em vias de ser criada.

Desde a exposição de motivos do Ministro da Educação e Cultura, os planos para aprovação do projeto de Lei para a criação da FUB (Fundação Universidade de Brasília) pareceram ganhar força. No projeto de Lei, as Bases do Projeto delineavam os princípios e objetivos da futura universidade para a recém-inaugurada Capital Federal, ressaltando a importância de sua criação naquele momento específico. A proposta de criação de uma universidade inovadora e moderna, gerida por uma fundação dotada de autonomia governamental, emergiu como um elemento essencial e revolucionário no panorama educacional do período.

A Comissão de Educação da Câmara Federal ouviu a exposição do professor Darcy Ribeiro sobre a Universidade de Brasília. Na época, Darcy, atuando como Diretor substituto do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e membro da Comissão nomeada pelo Presidente Juscelino Kubitschek para elaboração do projeto da universidade, apresentou os motivos para a criação de uma nova universidade e uma justificativa para sua localização em Brasília. A Comissão, formada por intelectuais renomados e comprometidos com o projeto de criação de uma instituição de ensino superior totalmente inovadora no Brasil, refletiu seu forte embasamento intelectual e científico à organização da UnB.

Nos planos de Darcy, a construção da universidade estava prevista para ocorrer entre os anos de 1961 e 1963, período durante o qual haveria tempo suficiente para preparar toda a estrutura de pessoal docente necessária ao funcionamento das atividades universitárias. Ele desempenhou um papel fundamental na defesa da criação da Universidade junto ao Congresso, argumentando que:

A estrutura da Universidade é também em moldes inteiramente novos, baseados em institutos centrais que ministrarão o ensino fundamental a todos os alunos antes de encaminhá-los às faculdades. A Universidade de Brasília se voltará principalmente para formação de profissionais e pesquisadores, segundo um programa planejado para atender especificamente às necessidades de desenvolvimento econômico e cultural do país. (DF terá Universidade: Exposição, 1960, p.6).

As palavras de Darcy Ribeiro, atuando como Diretor do anteprojeto da Fundação Universidade de Brasília evidenciaram que, desde o início, tanto o governo brasileiro quanto a intelectualidade tinham a intenção de estabelecer uma universidade diferenciada. Esta seria voltada para o progresso do país e contrastaria com as instituições tradicionais então vigentes no Brasil. Caracterizado por seu viés nacionalista e inovador, o projeto visava reformar e transformar o ensino superior no Brasil. A criação da Comissão Nacional para estudar a organização da UnB teve repercussões em todo o país, dada a importância do impacto que uma universidade desse porte teria na educação superior brasileira. Como foi relatado no Noticiário dos Estados:

O professor Alfredo Pereira Goes, do Instituto de Física e Matemática da Universidade de Recife, representará Pernambuco na comissão nacional, de 36 membros, que estudará a Organização da Universidade de Brasília. O governo federal pretende chegar a uma organização diferente da atualmente existente em nosso país, tendo convocado para estudar o assunto destacados especialistas de todo país. (Noticiário dos Estados..., 1960, p.10).

Esta notícia procura deixar claro aos leitores do *Correio Braziliense* que a UnB foi cuidadosamente planejada desde o início, reforçando novamente a participação de renomados intelectuais e do governo. Mais do que um projeto inovador, a universidade visava não somente estabelecer uma instituição de ensino superior de excelência para a Capital Federal, mas também promover uma reestruturação da educação em âmbito nacional, tornando-se modelar. Organizada por intelectuais da educação brasileira e fundamentada em estudos e nas necessidades de transformações sociais, a UnB estabeleceu-se, assim, como um marco nacional. Desta forma, ficou evidente que o jornal tinha a intenção de publicizar a universidade como um modelo único, abrangendo desde o projeto acadêmico até as estruturas físicas da instituição. Com isso, tentava demarcar uma nova era na educação superior brasileira.

Mesmo partindo de um projeto bem estruturado, considerado como um modelo necessário, a sua aprovação não foi uma tarefa fácil e exigiu uma atuação intensa do professor Darcy Ribeiro. Como mencionado no título de matéria do *Correio Braziliense*, datado de 26 de outubro de 1960, “Auro Moura é do contra”: “O professor Darcy Ribeiro tem ido diariamente ao Congresso a fim de conseguir a aprovação da lei que cria a Universidade de Brasília” (Auro Moura é do contra..., 1960, p. 6). Isso demonstrava o compromisso incansável de Darcy Ribeiro na busca pela aprovação do projeto e também indicava que ainda havia muito a ser feito para convencer a todos de que a UnB era realmente um projeto benéfico e necessário para o país, como era o caso do Senador Auro Moura, então, presidente do Congresso Nacional.

A Figura 1 permite observar o destaque dado pelo jornal ao anúncio de que a UnB seria uma instituição crucial para garantir ao Brasil independência científica, cultural e profissional, revolucionando o sistema de ensino superior no país. Quem não gostaria de ter no seu território uma instituição que promettesse tamanha transformação? Além disso, a reportagem posiciona a universidade como indispensável para a nova capital, destacando-a como uma instituição de assessoramento técnico e científico altamente qualificada para resolver problemas nacionais. A UnB exerceria, nesse contexto e conforme anunciado, um papel de conselheira junto aos órgãos do poder público. Quanto poder esta universidade exerceria junto ao poder público? Até então, nada semelhante havia sido visto no Brasil. Naquela época, a proposta era verdadeiramente inovadora e revolucionária.



Figura 1. Universidade de Brasília (Planos). A instituição em estudos visa a dar ao Brasil completa independência no plano científico, cultural e profissional - Debates para organizar sistemas revolucionários. Fonte: *Correio Braziliense* (1960)/Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em um encontro no Centro de Pesquisas Educacionais, organizado por Darcy Ribeiro, nos dias 28 e 29 de outubro de 1960, foi realizada uma mesa redonda com várias personalidades da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para discutir sobre a organização da UnB, tratando especificamente do tema estrutura e regulamentação. Entre os participantes, estavam personalidades proeminentes, tais como:

Walter Oswaldo Cruz, Maurício Rocha e Silva, C. Pavan, Florestan Fernandes, O. A. Ohrweiler, A. Pereira Gomes, J. Goldenberg, O. Sala, J. Pudles, Newton Freira Maia, Celso Furtado, Carlos Chagas Filho, Jacques Danon, Anísio Teixeira, Lúcio Costa, Darcy Ribeiro, Leopoldo Nachbin, José Leite Lopes, Guido Beck, Maurício Joppert, Paulo de Goes, Jayme Tiomno, F. Brigrer, Pompeu Accioly Borges, Edson Nery da Fonseca, Horácio Macedo, H. Moussatché, H. Lemp, Cyro dos Anjos e Walter Mors (Universidade de Brasília (Planos), 1960, p.9).

Esse foi mais um momento que uniu vários intelectuais em que se discutiu e estudou em detalhes as estruturas e regulamentação que contemplaria a Universidade de Brasília. Como afirmado:

Encontra-se pois, o governo não apenas na necessidade de criar em Brasília um centro Universitário, cuja existência viria estimular vigorosamente os demais a uma renovação por todos reclamada, mas que só pode efetuar-se, de pronto, em uma Universidade inteiramente nova planejada à luz das melhores experiências nacionais e internacionais (Universidade de Brasília (Planos), 1960, p. 9).

Neste período, as universidades brasileiras estavam sujeitas a intensas críticas e questionamentos devido ao atraso em várias áreas, especialmente no desenvolvimento da pesquisa científica. A notícia ressalta a importância e a urgência de estabelecer uma universidade nova em Brasília, baseada em práticas educacionais avançadas, tanto a nível nacional quanto internacional. Cunha (1983), em *A Universidade Crítica*, destaca que a ideologia desenvolvimentista buscava a modernização do ensino já há algum tempo e confirmava a influência de práticas internacionais, sendo que:

A estruturação e o desenvolvimento do ensino superior brasileiro eram avaliados com referência ao observado ou imaginado nos países “civilizados”, primeiramente, e “desenvolvidos”, posteriormente. Os países da Europa forneceram os principais paradigmas, até o fim do Estado Novo. A partir daí, as universidades norte-americanas constituíram os modelos incontestes, festejadas pelo prestígio decorrente da contribuição tecnológica que deram ao esforço de guerra da maior potência do anos 40 (Cunha, 1983, p.151).

Nesse esforço de mostrar que o ensino superior já pedia por mudanças há muito tempo, Cunha (1983) ressalta em seu livro um breve trajeto sobre a busca de um ensino universitário moderno:

No Império, clamava-se por uma universidade; na Primeira República, acusava-se a universidade, criada em 1920, de ser mero condomínio de escolas estanques; na Era de Vargas, essas invectivas continuaram e presenciaram-se duas tentativas, logo frustradas, de criação de “verdadeiras” universidades, a de São Paulo, em 1934, e a do Distrito Federal, em 1935, mas foi durante o período 1946/64 que essas críticas atingiram praticamente todo o ensino superior, tendo o próprio Estado como uma de suas principais fontes (Cunha, 1983, p.151).

Darcy Ribeiro visava estabelecer na UnB um modelo novo, uma referência de universidade moderna para o Brasil, que fosse uma resposta a essas críticas que então se faziam. Com a intenção de fazer a nova universidade, Darcy realizou estudos e convocou especialistas de diversos ramos do conhecimento para construir uma instituição que enfatiza “um ensino científico alicerçado na pesquisa científica” (Universidade de Brasília (Planos), 1960, p.9). Essa abordagem reflete a determinação de Darcy Ribeiro em estabelecer uma universidade inovadora, dedicada à realização de pesquisas científicas e diferenciando das práticas educacionais tradicionais no Brasil.

A organização da universidade contemplava também planos para atrair e recrutar um corpo docente e técnico de alta qualidade, seguindo a recomendação de “criar em Brasília uma Universidade do tipo novo para nós, mas já tradicional nos países plenamente desenvolvidos e considerada por eles como um dos principais motores do progresso que experimentaram” (Universidade de Brasília (Planos), 1960, p. 9). Mas, existia pessoal docente capacitado para recrutamento e atuação nessa universidade visto os seus novos moldes? Mesmo sendo um novo modelo de universidade, havia a intenção de atender às peculiaridades nacionais de forma a desenvolver o país.

Houve um momento em que, apesar dos esforços na construção do projeto de instituição da Fundação Universidade de Brasília, ele foi rejeitado na Câmara do Deputados (Aprovados doze projetos pelo “quórum” mínimo, 1960, p.3). Essa negativa foi registrada pelo jornal datado de 10 de dezembro de 1960, em contraste com as aprovações de vários outros projetos. Tal decisão parecia refletir uma insegurança quanto ao andamento do projeto. Não aceitaram a UnB por ser algo que assustava pelos seus ideais de ensino? Medo de mudança ou do progresso da nação? Faltou apoio político para aceitação da proposta? Provavelmente temos aí nessa negativa um pouco de cada uma dessas motivações.

Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas para a aprovação do projeto da FUB, o processo de instalação da universidade já estava em andamento e parecia ser algo irreversível. Tanto a Prefeitura quanto a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), em Brasília, aprovaram a provisão de terreno para a construção da Cidade Universitária. Segue a notícia:

A Universidade de Brasília, embora ainda não constituída oficialmente, já conta à sua disposição com a área necessária para a edificação da Cidade Universitária. Neste sentido, foi aprovado pela última reunião da Assembleia Geral Extraordinária matéria específica (Prefeitura e Novacap, 1960, p.3).

Ficou evidente que os objetivos de Brasília para a implantação da UnB na Capital eram robustos, pois, mesmo antes da aprovação do projeto, já se discutia e planejava a construção da instituição. Uma área de 257 hectares foi destinada à construção da UnB (Schelee, et al., 2014), conforme Plano Urbanístico de Lúcio Costa. Esse comprometimento e repercussão para a implantação da UnB demonstrava a importância que as autoridades no Brasil e na cidade atribuíram à universidade, bem como sua relevância para o contexto de desenvolvimento da região e para as contribuições de Brasília como Capital Federal.

Nesse sentido, o *Correio Braziliense* retratou em suas páginas que a Universidade de Brasília não era apenas importante para a recém-criada Capital do Brasil, mas também correspondia “a um plano adaptado à contextura que evidenciam as referências consignadas” (A educação e a salubridade de Brasília..., 1961, p.3). Isso significa que a UnB não apenas ocuparia um espaço físico, mas também se integraria de forma intrínseca ao desenvolvimento e à identidade da capital, desempenhando um papel fundamental nas contribuições e no progresso de Brasília. Essa perspectiva ressalta novamente a relevância da UnB não simplesmente como uma instituição de ensino superior, mas também como um elemento essencial para a construção e aprimoramento da cidade e de sua comunidade.

Mas, aqui nesse artigo, notou-se também que a matéria tinha a intenção de valorizar a educação que estava sendo estabelecida em Brasília. Ela destacou que as pessoas que se mudaram para a capital encontrariam ali uma educação de qualidade. Isso sugere o reconhecimento da importância da Universidade de Brasília em seu papel na oferta de educação pública superior de alto nível na região. Essa ênfase na qualidade da educação em Brasília pode ser interpretada como uma forma de promover a cidade e a universidade, sendo um destino atraente para profissionais e famílias em busca de oportunidades (A educação e a salubridade de Brasília, 1961, p.3).

É relevante ressaltar que a Universidade de Brasília não apenas contribuiu para a consolidação da Capital Federal em Brasília, mas, causou um impacto significativo no padrão desejado de educação em todo o Brasil. Visto sua importância para a educação superior brasileira, muito se discutiu e trabalhou para que o projeto de criação da FUB fosse concretizado. Em 27 de março de 1961, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foram recebidos pelo presidente da República em uma audiência especial para discutir os problemas educacionais e do ensino no Brasil (Anísio Teixeira Pinta para MEC, 1961, p.1). Essa reunião ressalta uma oportunidade política valiosa para angariar mais apoio na aprovação do projeto da Universidade de Brasília, que tinha sido rejeitado recentemente na Câmara dos Deputados.

Durante o processo de criação da UnB, houve manifestações políticas que envolviam o próprio Presidente da República para estabelecer na Universidade de Brasília, um meio de comunicação em benefício da educação. Defendiam que uma emissora de televisão vinculada à UnB seria de grande

importância para a instituição e para a comunidade, dada sua capacidade de divulgar informações e de poder contribuir de diversas formas.

Do sr. Roberto Ruiz, professor de rádio-televisão da Fundação Brasileira de Teatro, recebeu o presidente da república telegrama no qual expressa o júbilo que se apossou dos idealistas desse meio de educação no Brasil, pelo projeto da criação da Universidade de Brasília, incluindo emissora de altas finalidades. Solicita, ainda, aquele educador, em nome de seus representados a inclusão de uma emissora de televisão, imprescindível à magnífica obra a ser realizada (Universidade do DF, 1961, p.5).

Na conjuntura política do país, fica patente nessa notícia que a Universidade de Brasília contou com importante apoio do Presidente da República, para alcançar sua aprovação e reconhecimento.

Durante o processo de organização para criação da Universidade de Brasília, a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília (CPUB) foi instituída pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 50.732 de 1961, datado de 6 de junho. A Comissão, composta por sete membros, deu início aos seus trabalhos em uma reunião realizada em 21 de junho de 1961, no Gabinete do Chefe do Executivo Municipal, sob a presidência do Prefeito Paulo de Tarso. Os membros incluíam os intelectuais Anísio Teixeira, Paulo Novais, Almir Godofredo de Almeida, Celso Furtado, Roberto Herbster Gusmão e Darcy Ribeiro, que desempenhava o papel de Coordenador Geral (Universidade do DF: Comissão de Planejamento vai reunir-se, 1961, p. 8).

A CPUB tinha como responsabilidade principal a elaboração do plano urbanístico da cidade universitária, a preparação dos programas básicos necessários das unidades da UnB e o estabelecimento de acordos e convênios com organizações estrangeiras e internacionais para obtenção de cooperação técnica e financeira, com a colaboração da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para estruturar a instalação dos institutos centrais, da Biblioteca e demais órgãos da Universidade. Além dessas atribuições, a CPUB tinha outras responsabilidades que foram valiosas para definir a organização da UnB e caracterizar o novo modelo de ensino superior que se desejava. Como destacado em uma reportagem do *Correio Braziliense* datada de 14 de junho de 1961:

A CPUB tem ainda a missão de colaborar na implantação da Universidade Nacional do trabalho, tendo em vista a articulação dos respectivos programas, de modo que seus órgãos se tornem mutuamente complementares e que seus alunos graduados nos seus cursos básicos possam fazer a especialização tecnológica ou científica na outra (Universidade do DF: Comissão de Planejamento vai reunir-se, 1961, p. 8).

Neste contexto, ressalta o modelo acadêmico integrado que estava sendo delineado para a Universidade de Brasília, algo ainda não alcançado em outras universidades brasileiras. No entanto, o trabalho da Comissão não se limitava a isso. Segundo o artigo do *Correio*, ela também tinha a responsabilidade de organizar um sistema de bolsas de estudo para os alunos que residiam em Brasília enquanto os outros cursos não estavam em funcionamento, estabelecer um Centro de Documentação com o objetivo inicial de atender às necessidades de informações bibliográficas e técnicas para amparar os poderes públicos da nova capital e de estabelecer convênios e receber doações para a UnB. Posteriormente, este centro de documentação seria integrado à biblioteca da UnB (Universidade do DF: Comissão de Planejamento vai reunir-se, 1961, p. 8).

Nessa busca pela organização, planejamento e implantação da UnB, Darcy Ribeiro, Coordenador Geral da CPUB, frisou durante a reunião da Comissão que:

agora já é tempo de ter no Brasil um sistema universitário moderno, onde os estudantes possam se preparar trilhando caminhos certos assistidos por professores aptos e certos de que poderão ser úteis à Pátria e à Ciência” (Universidade do DF: Comissão de Planejamento vai reunir-se, 1961, p.8).

Segundo o artigo do *Correio*, o Prefeito Paulo de Tarso e o professor Darcy Ribeiro expressaram em seus discursos o compromisso de enfrentar todos os desafios para alcançar a implantação da Universidade de Brasília e enfatizaram a aspiração de “que a futura Universidade de Brasília seja de fato o centro da cultura nacional, glória e orgulho de um povo, esperança e tranquilidade dos estudantes brasileiros” (Universidade do DF: Comissão de Planejamento vai reunir-se, 1961, p.8).

Neste período, o contexto de busca por transformações na educação brasileira era intenso. Houve debates no Congresso Nacional sobre a reestruturação do sistema educacional, o que culminou na promulgação da Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e no primeiro Plano Nacional de Educação, de 1962. Nesse cenário, foi discutido um novo modelo de estruturação das universidades no Brasil (Reaberta a discussão sobre as..., 1961, p.5). A Universidade de Brasília se destacou como uma oportunidade para concretização de um ensino superior eficiente, representando a possibilidade de estabelecer uma instituição de ensino superior alinhada às necessidades do país desde a sua fundação.

Em continuação das discussões da LDB, no *Correio Braziliense*, a Universidade de Brasília era identificada como um projeto de grande relevância em tramitação no Congresso. Já se vislumbrava a necessidade de planejamento e organização da nova LDB para “atender” essa futura universidade que estava prestes a se concretizar, demonstrando o reconhecimento da importância e potencial impacto no cenário educacional.

A mesma atenção foi dispensada ao ensino superior, e, particularmente, à estruturação das Universidades, permitindo uma forma optativa de sua organização, para inclusão das Faculdades de Filosofia ou de um Corpo de Institutos Básicos, esta última forma visando a atender, de modo especial, o Projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, de criação da Universidade de Brasília (Reaberta a discussão sobre as..., 1961, p.5).

Diante do breve contexto educacional brasileiro apresentado, verifica-se que o projeto da UnB já constava nos planos do governo como algo que atenderia às demandas do país. Isso sugere também que o caminho para a aprovação do projeto e a instituição da UnB não demoraria para ser concretizado, pois era, de certa forma, um desejo expresso que constava nas discussões do projeto educacional brasileiro da época e, novamente, contava com apoio do governo brasileiro.

Nesse sentido, alinhado à proposta de modernização da educação, a UnB refletia os ideais de desenvolvimento da educação na época, refletindo um modelo que pretendia integrar diversas áreas de conhecimento com interdisciplinaridade e promoção de pesquisa científica. Mas, apesar disso, na perspectiva de Cunha, nem todas as medidas contempladas na LDB favoreceram a modernização do ensino superior, destacando a “manutenção da cátedra vitalícia e do mecanismo de formação de universidades pela agregação de escolas isoladas” (Cunha, 1983, p. 257). Um ganho, porém, segundo Cunha (1983), foi o aumento da autonomia das instituições, o que seria experimentado pela UnB tão logo fosse instalada e coincidiria com seu formato de administração via Fundação.

O PROCESSO LEGISLATIVO DE CRIAÇÃO DA UNB

O ritmo de trabalho de Darcy Ribeiro e da Comissão de Organização da UnB intensificou-se em julho de 1961, pois o projeto final, elaborado pelo professor Lúcio Costa, já havia sido entregue para execução dos técnicos e a Comissão acelerou os estudos para aprovar rapidamente o projeto da UnB (Sociais de Brasília, 1961, p.9).

Nesse embalo e seguindo o trâmite de deliberação no legislativo, o projeto da UnB foi apresentado na Câmara dos Deputados:

Apresentando requerimento de preferência para o projeto que institui a Fundação Universidade de Brasília, o sr. Raul Pila manifestou-se, defendendo o requerimento os srs. Josué de Castro e Arruda Câmara, enquanto o sr. Adalto Cardoso a combatia. Dada como aprovada, o sr. Adauto Cardoso, como líder, requereu verificação, confirmando-se a aprovação por 161 contra 37 votos e passando-se ao encaminhamento da votação do projeto, quando ocuparam a tribuna os srs. Raul Pila e Josué de Castro (Universidade do DF, 1961, p.3).

Brasília, uma cidade recém-inaugurada, estava diante do dilema de criar uma universidade para sua consolidação e crescimento, dada a expansão populacional em curso. Como Capital Federal, a oferta de ensino de qualidade e acessível ao público era uma necessidade tanto para o governo quanto para a sociedade, no âmbito nacional e local. Muitos dos servidores públicos transferidos para Brasília eram universitários que desejavam continuar seus estudos sem interrupções (Estudantes vão pleitear abono de faltas..., 1961, p. 7). Além disso, o crescimento da cidade gerou uma demanda por ensino superior qualificado para a juventude local. Essa questão foi amplamente discutida entre os universitários da cidade, que clamavam pela rápida instauração da Universidade de Brasília para dar continuidade aos seus estudos universitários, aumentando assim a pressão para a aprovação do projeto da UnB.

Para resolver esse inconveniente, alguns estudantes pleiteavam o abono de faltas e a instalação imediata da UnB. Os discentes, principalmente da Faculdade de Direito de Goiânia, buscavam minimizar os prejuízos decorrentes da impossibilidade de assistir regularmente às aulas em suas instituições de origem. Como medida emergencial para mitigar a crise do ensino superior em Brasília até que a UnB fosse efetivamente instalada, propuseram o abono das faltas dos estudantes. Nesse contexto, os estudantes de direito pleiteavam que o Ministro da Educação promovesse uma reunião com o Reitor da Faculdade de Goiânia, com um representante de seu Conselho e com o Presidente da República no sentido de encontrar uma solução para essa situação. Ao analisar essas notícias, foi possível vislumbrar a situação: “Justificam sua pretensão com a falta, em Brasília, de estabelecimentos de ensino superior, embora o plano educacional preveja a imediata instalação da Universidade de Brasília” (Estudantes vão pleitear abono de faltas, 1961, p.7).

Com o desenvolvimento diário da cidade e a pressão da própria população, a instalação da UnB se tornava uma necessidade cada vez mais urgente. O jornal *Correio Braziliense*, no intuito de dar força às reivindicações dos estudantes, pressionar o governo e impulsionar a concretização da universidade, abordou repetidamente o assunto em suas edições seguintes.

Todos já sentiam a ausência de uma instituição de ensino superior na capital e com isso a pressão para a aprovação do projeto e instalação da UnB aumentava, visto que já existia um plano educacional que previa a instituição. O rápido crescimento de Brasília evidenciou ainda mais a necessidade de uma

universidade que pudesse atender às demandas educacionais da comunidade local e contribuir para o progresso e desenvolvimento da cidade. Essa urgência foi destacada nos relatos das ações de algumas autoridades antes da aprovação do projeto no Congresso.

O Ministro Oliveira Brito comparecerá no próximo dia 6 perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas do ensino universitário e que é presidida pelo deputado e professor Aderbal Jurema. Para conversar com o Presidente do Congresso, Senador Auro Moura Andrade, e outros membros do Parlamento brasileiro, sobre o projeto que cria a Universidade de Brasília. Irá hoje ao Senado o Ministro Oliveira Brito, da pasta da educação e Cultura. Tentará o Ministro a aprovação da Lei ainda no corrente mês de novembro, para que seja possível funcionar, já em 1962, as primeiras unidades da Universidade de Brasília, de forma a receber os alunos que em dezembro concluirão o último ano dos cursos de ensino médio (Educação, 1961, p.5).

No dia 14 de novembro de 1961, o projeto da Universidade de Brasília foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, presidida pelo Sr. Meneses Pimentel, por maioria de votos. Na ocasião, destacou o caráter inovador da instituição de ensino superior, ressaltando que o projeto foi uma iniciativa do Presidente da República na época, Juscelino Kubitschek, remetida ao Congresso Nacional no dia da Inauguração de Brasília como Capital Federal, em 21 de abril de 1960. No seu parecer, o Senador Jarbas Maranhão ressaltou o papel da universidade para cidade, destacando:

A este núcleo cultural não poderia faltar uma Universidade, porque somente esta - cobrindo todos os ramos do saber, através das formas mais nobres de domínio que são o estudo, a pesquisa, o ensino e a divulgação - será capaz de dar a Brasília a autonomia cultural e a criatividade que a tornem capaz de imprimir aos empreendimentos que daqui serão planejados o mesmo caráter inovador que presidiu sua edificação (Universidade de Brasília foi aprovada no Senado, 1961, p.5).

Com mais essa etapa vencida, a atenção passou a ser na aprovação do projeto na Comissão de Serviço Público do Senado Federal e na sanção presidencial. Darcy Ribeiro, figura central nesse processo, planejava que o projeto final fosse aprovado ainda em 1961, para que as atividades da Universidade de Brasília pudessem começar já em março de 1962, com alguns cursos oferecidos em um modelo transitório. Entre os cursos planejados para esse início estavam Direito, Administração, Economia e Arquitetura. Darcy Ribeiro também tinha nos planos da instituição oferecer, desde o início, níveis de pós-graduação ao curso de Arquitetura, com foco especial na cidade de Brasília como objeto de estudo. Além disso, previa a oferta de aulas de línguas e culturas brasileiras, voltadas para a formação de professores secundários de Português e Literatura, bem como de redatores para os órgãos de imprensa (Universidade de Brasília poderá manter cursos, 1961, p.4). Nesse trecho já é explícito que os planos para o início das atividades da UnB foram definidos com o objetivo de atender às necessidades da nova capital e da juventude, demonstrando um aparente compromisso com a qualidade do ensino e a contribuição para o desenvolvimento educacional e cultural.

Após aprovação do parecer na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, a Comissão de Serviço Público do Senado Federal também deliberou pela aprovação, por unanimidade, do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília (Universidade de Brasília ganha novo Round: Senado, 1961, p.5). Essas aprovações representam mais um passo na concretização da criação da UnB, evidenciando o respaldo e a aprovação desse projeto nas principais áreas técnicas no âmbito legislativo.

Finalmente, em 05 de dezembro de 1961, o Senado Federal aprovou o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília. Destacadamente foi noticiado o texto da aprovação sem a necessidade de emendas, refletindo um consenso na proposta apresentada. Mas será que houve consenso mesmo? Veremos a seguir. Agora, a próxima etapa seria o encaminhamento da redação final do projeto à sanção presidencial.

Na Figura 2, ainda sobre a tramitação do projeto da UnB no Senado Federal, a matéria do *Correio Braziliense* destaca a aprovação com o seguinte título: “Senado aprovou com urgência criação da Universidade: DF”. O relato da notícia apresenta que, apesar da aprovação sem emendas, alguns senadores, como o Senador Mem de Sá, se manifestaram contra o projeto, o que demonstra que houve resistências à instituição de uma Universidade na nova capital (Senado aprovou com urgência criação da Universidade: DF, 1961, p. 5). Nesta ocasião e em várias outras publicações seguintes, para enfatizar os prós da criação da Universidade, o jornal publicou na íntegra ou em partes o texto do projeto da FUB e o parecer do relator, deixando assim evidente ao leitor todo o potencial que a UnB representava. Isso provavelmente contribuiu para a percepção de urgência em sua criação por parte do público, uma vez que o acesso a essas informações detalhadas permitia uma compreensão mais clara dos benefícios e impactos positivos que a UnB traria para a comunidade, a cidade e o país como um todo.



Figura 2. Senado aprovou com urgência criação da Universidade: D.F. Fonte: *Correio Braziliense* (1961)/Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Uma matéria que torna evidente esta influência no leitor é a notícia da publicação da lei que cria a UnB no Diário Oficial, que também expõe o texto do projeto aprovado na íntegra (Publicada a lei que criou a Universidade de Brasília, 1961, p.8). Se, de sua parte, o *Correio Braziliense* agia para disseminar um senso de urgência na aprovação do projeto de lei entre os seus leitores, Salmeron (2012), em “*A Universidade Interrompida: Brasília 1960 - 1964*”, faz uma consideração sobre essa aprovação “urgente” ocorrida no Senado Federal, no contexto da renúncia do Presidente Jânio Quadros: “Diante da situação política perigosa e de evolução imprevisível, os deputados passaram a submeter ao plenário, com urgência, projetos de lei para serem aprovados a toque de caixa” (Salmeron, 2012, p.76). Deste modo, além da pressão exercida na opinião pública pelo jornal, o conturbado contexto político nacional também contribuiu para a rápida aprovação do projeto que criava a Universidade de Brasília.

Esses são exemplos de como um periódico influencia na formação da opinião pública e o curso dos acontecimentos. Nesse sentido, concordamos com Faria Filho (1998) quando escreve que:

A faceta educativa da atividade jornalística pode ser percebida quando se analisa suas posições frente aos debates sobre a política e legislação educacionais, ocasião em que eles se colocam como expressão da opinião pública e, sem dúvida, como momento mesmo de sua constituição (Faria Filho, 1998, p. 107).

Em continuação à notícia de aprovação do projeto no Senado, destacou-se na reportagem os quatro votos contra dos senadores Mem de Sá, Dix-Huit Rosado, Sérgio Marinho e Heribaldo Vieira visto que são dados importantes para compreensão do contexto em questão. As principais objeções levantadas por Mem de Sá foram:

1 - serão necessários 12 bilhões de cruzeiros para a Universidade; 2 - tais recursos seriam melhor empregados na remodelação das já existentes; 3 - pelo projeto, a Universidade de Brasília terá população de 15 mil pessoas, entre 1.600 professores, em “full time”, alunos e funcionários; 4 - é excessivo o arbítrio que se deferirá ao reitor da Universidade (Senado aprovou com urgência criação da Universidade: DF, 1961, p.5).

Essas questões refletem o debate em torno do alto custo da universidade, da alocação de recursos e do modelo de governança proposto para uma instituição, especialmente a preocupação com o “arbítrio excessivo” destinado ao reitor da Universidade. Desta forma, o senador Mem Sá estava claramente incomodado com a autonomia concedida tanto à instituição quanto ao seu reitor. Mas, segundo Cunha, a estrutura de poder destinada a UnB era resultado “às demandas dos professores/pesquisadores de modernizarem suas condições de trabalho, conforme o paradigma norte-americano, mas resguardando-se do arbítrio governamental, cuja memória do tempo do Estado Novo, permanecia viva para muitos” (1983, p.178). Salmeron (2012) corrobora com essa preocupação quando menciona que a Universidade do Distrito Federal (UDF), considerada por ele análoga em vários aspectos com a UnB, padecia em decorrência da intervenção na instituição pelo governo do Estado Novo o que culminou na extinção da instituição em 1939.

A proposta regulamentar da UnB proporcionou uma renovação à educação universitária no Brasil, mas também serviu como limitador à sua atuação. Tornar a regulamentação pública é uma forma de exercício de controle público, pois a sociedade também precisava de conhecimento sobre os campos nos quais a universidade deveria atuar e até onde suas competências se estendiam. Cunha deu destaque ao caráter moderno que a UnB representava em sua norma:

Nascia, assim, a mais moderna universidade brasileira, em todos os sentidos, tendo como primeira de suas finalidades algo nunca proclamado anteriormente por qualquer instituição de ensino superior. “Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social” (Cunha, 1983, p. 171).

No dia 11 de dezembro de 1961, a redação final do projeto da FUB foi aprovada e encaminhada à sanção do Executivo (Universidade de Brasília, 1961, p.3). Logo em seguida, em apenas 5 dias após o envio do texto final, em 16 de dezembro de 1961, o Presidente João Goulart sancionou a lei do Congresso Nacional, instituindo a Fundação da Universidade de Brasília, com o objetivo de criar e manter a Universidade de Brasília (Importantes Leis sancionadas pelo Executivo, 1961, p.5). Já no título da notícia, o *Correio Braziliense* destacou novamente a importância da aprovação e sanção da lei que institui a FUB: “*Importantes Leis Sancionadas pelo Chefe do Executivo*”. Assim, o jornal, mais uma vez, reforçava a universidade como algo importante e dava apoio às ações do governo nessa empreitada de tramitação do projeto de lei da UnB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo investigar o processo de criação da Universidade de Brasília na narrativa jornalística do jornal diário *Correio Braziliense* entre os anos de 1960 e 1961. Foi possível observar, na cobertura jornalística feita pelo jornal diário que circulava em Brasília, uma narrativa fortemente atrelada ao discurso desenvolvimentista da época. Dentro desse quadro, o jornal apresentava aos leitores a Universidade de Brasília, em vias de ser criada, como uma instituição que modernizaria o ensino superior brasileiro bem como ajudaria na consolidação de Brasília como nova capital. Ao divulgar o passo a passo para a criação da instituição, desde as primeiras iniciativas capitaneadas por Darcy Ribeiro até o processo legislativo propriamente dito, o jornal participou ativamente dos acontecimentos que desembocaram na aprovação do projeto da Universidade. Ao mesmo tempo que dava visibilidade aos planos e propostas em torno daquele projeto universitário considerado inovador, enfatizava os benefícios que ele traria ao país e a cidade. Sem dúvida, não foi uma narrativa neutra, mas francamente favorável à aprovação e criação de uma universidade em moldes novos na igualmente nova capital do país.

Em estudos futuros, seria oportuno escrutinar se o jornal *Correio Braziliense* continuou a apoiar o projeto da Universidade de Brasília no seu processo de implantação e nos seus primeiros anos de funcionamento. Sobretudo, se, após a Ditadura-Civil Militar, quando o projeto da UnB foi parcialmente interrompido, houve mudança na cobertura do jornal à instituição. Nesse sentido, este artigo é uma primeira contribuição à investigação sobre as relações entre a Universidade de Brasília e a narrativa sobre ela no jornal diário da nova capital brasileira.

REFERÊNCIAS

- A EDUCAÇÃO E A SALUBRIDADE DE BRASÍLIA. *Correio Braziliense*. Brasília, 10 fev. 1961, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/3178. Acesso em: 13 fev. 2024.
- ANÍSIO TEIXEIRA PINTA PARA MEC. *Correio Braziliense*. Brasília, 28 mar. 1961, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/3553. Acesso em: 13 fev. 2024.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Ari Cunha e as críticas ao sistema de ensino de Brasília na coluna Visto, Lido e Ouvido (Correio Braziliense, 1960-1965). *História da Educação*. Porto Alegre, v. 26, p. 1-25, 2022a.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Inep e o planejamento do sistema público de ensino de Brasília nos anos 1950. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 103, n. 263, p. 87-94, jan./abr. 2022b.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O jornal “Correio Braziliense” como fonte para a história das culturas escolares em Brasília (1960-1971). In: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani.; ZIMMERMAN; Tânia Regina (Orgs.). *Fontes históricas em perspectivas situadas: Limiares de pesquisas e ensinabilidades em educação*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022c. p. 37-54.
- APROVADOS DOZE PROJETOS PELO “QUÓRUM” MÍNIMO. *Correio Braziliense*. Brasília, 10 dez. 1960, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/2531. Acesso em: 12 fev. 2024.
- AURO MOURA É DO CONTRA. *Correio Braziliense*. Brasília, 26 out. 1960, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/2071. Acesso em: 09 fev. 2024.
- BOMENY, Helena. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, p. 1003-1028, 2016.
- BRASIL, Eric.; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso do CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41-78.
- CUNHA, Luíz Antonio. *A Universidade Crítica – o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- D’AMORIM, José Salomão. Correio Braziliense: a força e a fraqueza de um jornal. In: SINDICATO dos jornalistas profissionais do DF (Org.). *Jornalismo em Brasília: impressões e vivências*. Brasília: Lantana Comunicação, 1993. p. 92-107.
- DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 111-154.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DF TERÁ UNIVERSIDADE: EXPOSIÇÃO. *Correio Braziliense*. Brasília, 25 ago. 1960, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/1437. Acesso em: 09 fev. 2024.

EDUCAÇÃO. *Correio Braziliense*. Brasília, 10 nov. 1961, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/5665. Acesso em: 14 fev. 2024.

ESTUDANTES VÃO PLEITEAR ABONO DE FALTAS. *Correio Braziliense*. Brasília, 17 set. 1961, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/5161. Acesso em: 15 fev. 2024.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; DUARTE, Regina Horta (Orgs.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; LOPES, Sônia de Castro. A UDF: uma concepção alternativa de Universidade. In: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; LOPES, Sônia de Castro (Orgs.). *A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além do seu tempo*. Brasília: Liber Livros, 2009. p. 13-44.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p. 169-178.

IMPORTANTES LEIS SANCIONADAS PELO EXECUTIVO. *Correio Braziliense*. Brasília, 17 dez. 1961, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/5973. Acesso em: 15 fev. 2024.

MORELLI, Ana Lúcia. *Correio Braziliense: 40 anos – do pioneirismo à consolidação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

NÓBREGA, Juliana Regina Avelar da; GARCIA FARRERO, Jordi; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Darcy Ribeiro e o projeto da Universidade de Brasília: uma práxis em processo. *History of Education in Latin América - HistELA*. Natal, v. 4, p. 1-21, 2021.

NOTICIÁRIO DOS ESTADOS. *Correio Braziliense*. Brasília, 19 out. 1960, p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/2011. Acesso em: 19 fev. 2024.

PREFEITURA E NOVACAP. CIDADE UNIVERSITÁRIA. *Correio Braziliense*. Brasília, 13 dez. 1960, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/2531. Acesso em: 12 fev. 2024.

PUBLICADA A LEI QUE CRIOU A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Correio Braziliense*. Brasília, 24 dez. 1961, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/6045. Acesso em: 24 fev. 2024.

REABERTA A DISCUSSÃO SOBRE AS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO. *Correio Braziliense*. Brasília, 17 jun. 1961, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/4335. Acesso em: 13 fev. 2024.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SALMERON, Roberto. *A Universidade interrompida. Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora da UnB, 2012.

SCHELEE, Andrey Rosenthal et al. (Orgs.) *Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2014.

SENADO APROVOU COM URGÊNCIA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DF. *Correio Braziliense*. Brasília, 06 dez. 1961, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/5873. Acesso em: 14 fev. 2024.

SOCIAIS DE BRASÍLIA. *Correio Braziliense*. Brasília, 15 jul. 1961, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/4599. Acesso em: 13 fev. 2024.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (PLANOS). *Correio Braziliense*. Brasília, 08 nov. 1960, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/2184. Acesso em: 12 fev. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FOI APROVADA NO SENADO. *Correio Braziliense*. Brasília, 15 nov. 1961, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/5705. Acesso em: 14 fev. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FUNCIONARÁ DENTRO DE POUCO TEMPO. *Correio Braziliense*. Brasília, 3 mai. 1960, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/211. Acesso em: 09 fev. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA GANHA NOVO ROUND: SENADO. *Correio Braziliense*. Brasília, 18 nov. 1961, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/5721. Acesso em: 14 fev. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA PODERÁ MANTER CURSOS. *Correio Braziliense*. Brasília, 17 nov. 1961, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/5712. Acesso em: 13 mai. 2024.

UNIVERSIDADE DO DF. *Correio Braziliense*. Brasília, 04 jun. 1961, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/4219. Acesso em: 13 fev. 2024.

UNIVERSIDADE DO DF: COMISSÃO DE PLANEJAMENTO VAI REUNIR-SE. *Correio Braziliense*. Brasília, 14 jun. 1961, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/4314. Acesso em: 13 fev. 2024.